

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DO ÚNICO
OFÍCIO DA COMARCA DE CAJUEIRO/AL.**

DANIEL ARISTIDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, desempregado, inscrito no RG sob o n 3627374-2 SEDS e CPF sob o n. 113.880.894-67, residente e domiciliado no CJ. Frei Fernando Rossi, 09, Cajueiro/AL, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu advogado e bastante procurador infra-assinado, constituído pelo presente instrumento procuratório em anexo, situado Rua Jangadeiros Alagoano, nº 1188, sala 206 – Empresarial Millenium Tower, Pajuçara, CEP: 57.030-000 Maceió/AL, fone (82) 99970-0139, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito que passo a expor:

1 – DOS FATOS

A parte Autora foi vítima de acidente de trânsito (queda de motocicleta e sem uso de capacete) no 03.01.2016, por volta das 20horas, no Município de Cajueiro, como se pode observar na Ficha de Atendimento do Hospital Geral do Estado de Alagoas e demais documentos carreados à Exordial.

A parte Promovente acabou tendo fratura nasal, epistaxe, vômitos, disfagia, hematoma periorbital, como se constata no Relatório Médico elaborado pela Dra. Andrea Freitas Melo de Gusmão, do Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela.

Dos documentos carreados a esta Exordial, não subsistem dúvidas de que as lesões acima descritas de fato foram provenientes de acidente de trânsito, como facilmente se pode observar (01) nas Fichas de Atendimento do Hospital Geral do Estado de Alagoas, nas quais descreve que a parte Promovente fora vítima de acidente de trânsito, bem como as lesões que acabou adquirindo em virtude do sinistro e a data do atendimento; (02)no Relatório Médico do Hospital Geral do Estado, indicando o diagnóstico, os achados, isto é, que as lesões e a origem das mesmas – acidente motociclístico -, a data e a hora do atendimento; (03) relatório de evolução/medicação da parte Promovente, no qual consta o sinistro como a causa das lesões da parte Autora, dentre outras informações clínicas.

Em virtude do acidente de trânsito a parte Promovente adquiriu debilidade permanente e total, o que lhe trouxe completa limitação ao exercício laboral e aos atos do cotidiano, ou seja, a parte Autora ficou permanentemente inválida.

Para melhor elucidação das graves lesões suportadas pela parte Promovente, no que pese já restar devidamente comprovadas pelo conjunto probatório anexo, faz-se prudente a realização de perícia médica na parte Autora, com a qual facilmente se ratificará a extensão das lesões sofridas, razão pela qual desde já se requer.

Sendo certo o direito que assiste à parte Promovente, pugna a parte Demandante pela condenação da Demandada ao pagamento do valor do seguro obrigatório, precisamente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

uma vez que a parte Autora se encontra completa e permanentemente inválida, nos termos do art. 3º, II, da Lei. 6.194/74.

2 – DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 prevê que, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, **INVALIDEZ PERMANENTE** e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Diante dos dispositivos legais, incidentes do caso em epígrafe, notadamente ante a apreciação do conjunto probatório em anexo, não restam dúvidas de que a parte Autora faz jus ao recebimento do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que em decorrência do acidente sofrido ficou com permanente invalidez, não conseguindo executar os atos da vida do cotidiano.

Noutros termos, a parte Promovente se encontra com invalidez total e permanente, uma vez que não consegue mais realizar algumas atividades típicas do cotidiano, quer seja de natureza remuneratória quer seja atividades de seu dia-a-dia, necessitando continuamente do auxílio de terceiros.

Os documentos anexados na exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para

recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A parte Autora não tem a pretensão de perceber alguém do que faz jus, porém não poderá se submeter à vontade unilateral da seguradora, ávida por lucro, razão pela qual se utiliza da tutela jurisdicional para receber valores dentro dos parâmetros técnicos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Dessa forma, em obediência ao estabelecido supra, vem buscar pelo meio mais legal e confiável, a indenização devida pelo seguro obrigatório de acidente de trânsito junto à empresa seguradora Ré, cujo montante indenizatório inequivocamente será de R\$ 13.500,00, uma vez que houve a configuração de invalidez permanente, como facilmente ficará constatado quando da realização da perícia médica pelo IML.

Perceba que a Promovente teve fratura nasal, epistaxe, vômitos, disfagia, hematoma periorbital, lesões estas que a tornou completa e permanentemente inválida ao labor e ao exercício dos atos da vida cotidiana, circunstâncias estas facilmente perceptíveis ante perícia médica ora pugnada.

O entendimento jurisprudencial é uníssono quanto ao dever de a Seguradora pagar o valor integral nos casos de invalidez permanente e total, nos exatos termos dispostos em lei, observe:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - INVALIDEZ TOTAL PERMANENTE COMPROVADA - RECONHECIMENTO PELO INSS - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO - DIREITO À PERCEPÇÃO NO PATAMAR MÁXIMO - ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09 - PAGAMENTO PARCIAL NA VIA ADMINISTRATIVA - DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. **Como a invalidez total e permanente do apelante restou inconteste em razão da concessão em seu favor, pelo INSS, do benefício da aposentadoria por invalidez, deverá a indenização do seguro obrigatório ser-lhe paga no patamar máximo estabelecido na Lei 11.945/09, que vigorava à época do sinistro. Tendo havido o pagamento parcial da indenização relativa ao DPVAT, deverá ser reconhecido ao segurado o direito à complementação da indenização.**9(...)AC 10702100566513001

MG OrgãoJulgadorCâmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL
Publicação23/04/2014 Julgamento15 de Abril de 2014 Relator
Arnaldo Maciel.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT . INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EXTRAÍDA DAS PROVAS E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ). **2. No caso, o Tribunal de origem concluiu que a invalidez do autor é total e permanente, fazendo jus ao recebimento integral da indenização securitária. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 174763 RJ 2012/0094066-5 (STJ) Data de publicação: 13/05/2013

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT . INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Trata-se de recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou procedente o pedido formulado no bojo da ação de cobrança de indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT . A indenização do seguro DPVAT dever ser paga de acordo com o valor estabelecido na redação legal do art. 3º da Lei 6.194 /74, vigente à época da ocorrência do sinistro. Do contrário, estar-se-ia retirando dos beneficiários o direito de receber o valor regulamentado legalmente à época, violando de forma contundente o ato jurídico perfeito, circunstância vedada pela Constituição Federal no inc. XXXVI do art. 5º . Precedentes dessa Câmara. O salário mínimo utilizado no cálculo, por sua vez, deverá ser aquele vigente por ocasião do ajuizamento da ação, nos termos do posicionamento consolidado nesta Câmara. Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicienda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT , sendo imperativo aplicar os percentuais previstos na tabela criada pela Lei nº 11.945 /2009, incidente, inclusive, sobre os sinistros ocorridos antes da sua entrada em vigor. Precedentes

jurisprudenciais. In casu, o laudo pericial realizado por perito nomeado pelo juiz (fls. 78-81), apurou que a incapacidade suportada pela parte autora é total e de... ordem cognitiva comportamental representando, pela tabela DPVAT , dano no percentual de 100%. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70053153797, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio José Costa da Silva Tavares, Julgado em 25/09/2014).

Assim sendo, considerando se tratar de uma hipótese em que não houve morte, mas grave lesão incapacitante, isto é, invalidez permanente e total, pugna a parte Autora pela realização de perícia médica, apresentando desde já os requisitos a serem apreciados no feito.

- a) A parte Autora possui doença/enfermidade? Qual e Desde quando? Tal doença/enfermidade tem relação com o acidente de trânsito sofrido, ou por ele foi agravada?
- b) Do acidente de trânsito sofrido, houve ofensa à integridade física da parte Autora?
- c) Do acidente de trânsito sofrido, resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? E deformidade permanente? Em qual região do corpo? Houve dano da parte estética?
- d) A debilidade/deformidade permanente ocasionada impede aparte Autora de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações? Resulta-lhe em perigo de vida?
- e) O acidente de trânsito ofendeu órgãos/funções vitais da parte Autora ou coloca-os em perigo, deixa-os desprotegidos? É possível visualizar a olho nu os movimentos respiratórios? E os batimentos cardíacos?
- f) Resultou incapacidade para o trabalho? Essa incapacidade é total ou parcial? Temporária ou permanente?
- g) Essa incapacidade para o trabalho vedar-lhe-á o exercício de outras profissões? É possível a readaptação profissional da parte Autora? Existe tratamento médico/cirúrgico capaz de reverter a situação da parte Autora? Tal procedimento é viável e acessível às pessoas de situação financeira precária? Tal tratamento é eficaz? Em qual porcentagem?
- h) A invalidez da parte Autora pode ser fixada em qual porcentagem

Deste modo, consubstanciado as provas já produzidas, ante a inequívoca constatação de invalidez total e permanente, pugna pela realização de perícia

médica, devendo os quesitos acima ser devidamente respondidos para, em seguida, mediante prudente apreciação judicial, ser esta demanda julgada totalmente procedente, condenando a Promovida ao pagamento do seguro em sua integralidade, isto é, R\$ 13.500,00.

De pronta, informa a parte Promovente que possui o interesse em conciliar, devendo, deste modo, ser designada audiência de conciliação no escopo de viabilizar possível autocomposição das partes litigantes.

3 – DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte Promovente faz jus à concessão da gratuidade de Justiça, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais em detrimento de seu sustento e de sua família, razão pela qual, nos termos do art. 98 e 99 do Código de Processo Civil, pugna pelo seu deferimento, fazendo a juntada da devida declaração, observando-se, para tanto, que se presume verdadeira a alegação de insuficiente da pessoa natural, bem como que a assistência do Requerente por advogado particular não se configura impedimento ao gozo do benefício.

Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que o Requerente da assistência judiciária seja miserável para recebê-las, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares. Portanto, fica desde já requerido o deferimento do benefício da justiça gratuita em favor da parte Autora.

4 – DOS PEDIDOS.

Diante de tudo quanto fora exposto, pugna a parte Promovente:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, uma vez que a parte Promovente não possui condições de custear as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo de sua subsistência alimentar;
- b) Que seja designada data para audiência de conciliação de acordo com o artigo 334 do novo CPC, devendo a parte ré ser intimada para comparecer a referida audiência, momento a partir do qual poderá apresentar, querendo, contestação, respeitado o prazo legal, sob pena de aplicação dos efeitos legais da revelia;
- c) REQUER a total procedência da ação para condenar a Requerida, a pagar o valor da porcentagem de invalidez a ser apurada, devidamente acrescida de correção monetária, juros moratórios a partir do efetivo prejuízo, bem como, custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 20%.
- d) Caso este juízo entenda necessário, que seja oficiado o Instituto Médico Legal de Maceió/AL para que seja designado dia e hora para a realização do exame quantitativo de lesões corporais na parte Autora, bem como apurar a porcentagem da invalidez acometida pela parte Requerente, observando os quesitos apresentados nesta Inicial;

Protesta e desde já requer a produção de todos os meios de provas admitidos em direito. A causa terá o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Cajueiro/AL, 17 de julho de 2017.

FELIPE LOPES DE AMARAL
OAB/AL 11.299

PROCURAÇÃOOUTORGANTE

NOME: XXXXXXXXXX DANIEL ARIUSTES PASILHA	
ESTADO CIVIL: solteiro	PROFISSÃO: advogado
CPF: 113.880.994-67	RG: 3627374-2
END: CJ. Frei Fernando Rossi, 09 - CAJALVE - AL	
TEL.: 99628-4090	

OUTORGADO

FELIPE LOPES DE AMARAL, casado, advogado, inscrito na OAB/AL 11.299, com domicílio profissional situado Rua Jangadeiros Alagoano, nº 1188, sala 206 – Empresarial Millenium Tower, Pajuçara, CEP: 57.030-000 Maceió-AL.

PODERES:

Para o foro em geral, com os poderes da cláusula "Ad e Extra Judicia", em qualquer juízo, instância ou tribunal, bem como perante todo e qualquer Órgão Público Federal, Estadual e/ou Municipal, podendo propor contra quem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando medidas preparatórias, cautelares cabíveis e recursos legais, acompanhando-os, propor ação rescisória e defende-lo em que for réu, conferindo-lhe poderes para firmar compromisso ou acordo, receber quantias e/ou poderes para firmar compromisso ou acordos, receber quantias e/ou documentos, alvarás judiciais, notificações e intimações, proceder ao levantamento de depósito judicial RPV/PRECATÓRIO, receber, dar quitação, desistir, transigir, reconvir, renunciar valores ou parcela deles, agindo em conjunto ou separadamente, podendo para tanto, praticar todos os demais atos, e, ainda, substabelecer, no todo ou em parte, com reservas.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

O outorgante também declara que não pode suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção. Declara, ainda, que tem conhecimento das sanções penais que estará sujeito caso inverídica a declaração prestada. Por ser verdade, firmo o presente.

Cajueiro/AL, 29 de Março de 2017

CONTRATANTE / OUTORGANTE:

Daniel Ariustes da Silva

CONTRATADO / OUTORGADO:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Fotografado

Daniel Aristides da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EMISSÃO: 16/04/2011

NOME: **DANIEL ARISTIDES DA SILVA**

FILIAÇÃO: **DANIEL CANOZO DA SILVA**

ESPOSA: **EBELENE ARISTIDES**

NATURALIDADE: **CAJUEIRO - AL**

DATA DE NASCIMENTO: **29/09/1991**

DOC. ORIGEM: **CERTO NASC 14718 FLS 224 LTV 439**

CAJUEIRO - AL

1 VZ

Maria Madalena Canozo da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/03

CÓDIGO DE CONTROLE
D0DC.BBEE.7F11.9C93

A autenticidade desta comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:21:30 do dia 08/10/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
113.880.894-67

Nome
DANIEL ARISTIDES DA SILVA

Nascimento
29/09/1991

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Cidade: Cajueiro - AL
CNPJ (ME) 12.423.819/0001-30
Fone/Fax: (032) 3254-1235

Fatura Mensal

ELZA MARIA DA CONCEIÇÃO		03813
RUA JOSE ROGERIO DE LIMA,09		
CJ. FREI FERNANDO ROSSI - CEP: 57770-000 - CAJUEIRO		
Rota: 05	Quadra: Sequencia: 5470	02/2017

Meses em Atraso

ATE A PRESENTE DATA NAO IDENTIFICAMOS O PAGAMENTO DAS CONTAS:
O NAO PAGAMENTO PODERA OCASIONAR A SUSPENSÃO DO SEU FORNECIMENTO
12/2016,01/2017,

ESTA CONTA NÃO QUITA O DÉBITO ANTERIOR.

Tipo:	Média:	Hidrometro:	Qt. Emissor:	Resumo de Análise:
Residencial	10	A11G004367	20/02/2017	Manobração Prévia de Fiação Análise de Fiação Mes de Referência: 02/2017 Fator de Correção: 1,0000
DTL:	LAM:	LAT:	Consumo:	
06/02/2017	380	380	10	
DESCRICAÇÃO			Valor	
Consumo de Água			31,00	
Multa 2,00 % ref. ao Mês 10/2016			0,54	
Vencimento:			Total a Pagar:	
05/03/2017			31,54	
Histórico dos Pagamentos			Histórico de Consumo	
			01/2017 - 010 m3	
			12/2016 - 010 m3	
			11/2016 - 010 m3	
Mensagem ao Cliente NOSSO PLANTÃO - 99855-3322				

Autenticação Mecânica

HID. PARADO
Local Hid. Local Desconhecido



ELZA MARIA DA CONCEIÇÃO		Loc.: CAJUEIRO	
RUA JOSE ROGERIO DE LIMA,09			
Ligação:	Mês/Ano:	Vencimento:	Total a Pagar:
03813	02/2017	05/03/2017	31,54
Rota:	Quadra:	Sequencia:	Consumo de Água
05		5470	31,00
Leit. Anterior:	Leit. Atual:		Multa 2,00 % ref. ao Mês 10/2016
380	380		0,54

Autenticação Mecânica no Verso

82660000000-2 31540592201-6 70305010103-8 81302201701-2





ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFESSOR OSVALDO BRANDÃO VILELA
SECRETARIA HOSPITALAR
Avenida Jorge de Lima, 2095, Trapiche da Barra - Maceió - AL - CEP: 57010-001
Fone: (82) 3315-7364 - CNPJ.: 12.200.259/0001-65

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: DANIEL ARISTIDES DA SILVA

D. N / IDADE: 29.09.1991

PRONTUÁRIO: 2402068

DATA DO ATENDIMENTO: 04.01.2016

HORA: 03h:55min

ALTA: 06.01.2016

CID: S02

DIAGNÓSTICO: ➤ Fratura nasal.

TRATAMENTO: ➤ Conservador.

ACHADO:

- História de acidente motociclistico;
- Fratura do nariz + epistaxe;
- Vômitos, disfagia;
- Hematoma periorbital, sem deformidade.

CONDUTA:

- Avaliação da cirurgia geral + bucomaxilo;
- Raio x de face;
- Internamento hospitalar;
- Exames laboratoriais;
- Medicação;
- Alta com prescrição externa + orientações.

[Assinatura]
Dr. André Fretas Neto de Sousa
Médico
CRM 38851AL

OBS.: Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

OBS.: Relato as informações constantes no prontuário.

Maceió, 18 de março de 2016



FICHA DE ATENDIMENTO

Nº ATENDIMENTO: 2401965

DATA: 3/1/2016

HORA: 20:04:49

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

PACIENTE: DANIEL ARISTIDES DA SILVA

SEXO: MASCULINO DATA NASCIMENTO: 29/09/1991

IDADE: 24 ANOS

MÃE

RESPONSÁVEL:

NACIONALIDADE: BRASIL

NATURAL DE: ALAGOAS

CIDADE: CAJUEIRO/AL

BAIRRO:

LOGRADOURO: CJ FREI FERNANDO

OBSERVAÇÕES: NAO PORTAVA CARTAO SUS

CARTÃO SUS:

TELEFONE:

DADOS DO ATENDIMENTO

MOTIVO ATENDIMENTO: ACIDENTE DE MOTO

FORMA DE CHEGADA: O PROPRIO

PROCEDÊNCIA: CAJUEIRO

SETOR: AREA VERMELHA

ACIDENTE DE TRABALHO: NAO

CASO POLICIAL: SIM

PLANO DE SAÚDE: NAO

TRAUMA: SIM

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

VERMELHO

AMARELO

VERDE

AZUL

Queixa Principal / História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente de moto. Chega deambulando surmuido com tampão em nariz e sutura na Niga direita e desvio de maxila inferior encaminhado ao bico maxila.

Exame Físico:

A. Vias aéreas permeáveis

B. Postura controlada com sutura

C. Tórax 13

D. Trauma no crânio - em braço esquerdo.

Exames Complementares:

RAIO-X

SANGUE

URINA

TC

LIQUOR

ECG

ULTRASSONOGRAFIA

Hipótese Diagnóstica:

Trauma facial contuso

Conduta Clínica

Ata da cirurgia geral

Encaminhado ao bico maxila

Enfermagem

FEITO RELATÓRIO
18/02/2016Dr. Elson A. Cordeiro Filho Filho
Médico
CRM/AL 6342

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

FICHA DE ATENDIMENTO

Nº ATENDIMENTO: 2402068

DATA: 4/1/2016

HORA: 03:55:35

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

PACIENTE: DANIEL ARISTIDES DA SILVA

SEXO: MASCULINO DATA NASCIMENTO: 29/09/1991

IDADE: 24 ANOS

CPF:

MÃE:

RG:

RESPONSÁVEL:

NACIONALIDADE: BRASIL

NATURAL DE: ALAGOAS

CARTÃO SUS:

CIDADE: MACEIO/AL

BAIRRO: BENEDITO BENTES

TELEFONE:

LOGRADOURO: RUA C 10

OBSERVAÇÕES: NAO PORTAVA CARTAO SUS

DADOS DO ATENDIMENTO

MOTIVO ATENDIMENTO: CASO CLINICO ADULTO

FORMA DE CHEGADA: O PRÓPRIO

PROCEDÊNCIA: BENEDITO BENTES

SETOR: CLASSIFICACAO DE RISCO

ACIDENTE DE TRABALHO: NAO

CASO POLICIAL: NAO

PLANO DE SAÚDE: NAO

TRAUMA: NAO

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

☐ VERMELHO☐ AMARELO☐ VERDE☐ AZUL

Queixa Principal / História da Doença Atual:

Paciente retorna ao HGE vítima de acidente de carro. Refere continuar deglutindo sangue e agora apresenta hematoma periorbitário esquerda. Negs outras queixas.

Exame Físico:

A. Vias aéreas: p/ vias

B. FR: 20 rpm

C. PC: 112 bpm

D. Glasgow 15

E. Heras periorbitais e epistaxe recorrente a tempo nasal.

Exames Complementares:

☐ RAO-X☐ SANGUE☐ URINA☐ TC☐ LIQUOR☐ ECG☐ ULTRASSONOGRAFIA

Hipótese Diagnóstica:

Trauma contuso de face

Conduta Clínica

1) Alta da cirurgia geral

2) Examinar ao buco-maxilo.

Enfermagem

USUÁRIO: Thiago Falcao Pedrosa Silva

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

HGE HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFº OSVALDO BRANDÃO VILELA

Sist. Nervoso: lúcido () sonolento () confuso () comatoso () convulsões () otorragia ()
 Glasgow: abertura ocular () resposta verbal () resposta motora () Total: _____
 Pupilas: normal D () E () dilatada D () E () não reativa ()

EVOLUÇÃO / MEDICAÇÃO	HORÁRIO (Enfermagem)
CTG M7 04/01/16 04:40	
Paciente vítima de acidente traumático com lesão do crânio presente equimose periorbitária do olho esquerdo, com edema, movimento ocular preservado, com episódio de apnéia, no momento sem sangramento, BEB, não responde, verbaliza espasmos.	
Solicita atendimento devido a episódio recorrente de apnéia.	
Fico Azul.	
Solicita Bx water e perfil para OPND controlado.	
12:30h Fico azul. 05/01/16	
pt e/ episódio.	
deixado temporariamente isolado sem oxigênio e/ 24/48h após ser pelo furo.	
Dr. Fico Azul	

PACIENTE TRANSFERIDO DO HGE: _____ DIAGNÓSTICO: _____

REGISTRO DE INTERNAÇÃO:

INTERNAÇÃO: (A ser preenchido em caso de permanência maior que 6 horas) DATA: ____/____/____ HORA: ____

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: _____

EVOLUÇÃO DA DOENÇA: () AGUDA () SUB-AGUDA () CRÔNICA () CRÔNICA-AGUDIZADA

CONDIÇÃO DO PACIENTE: () CUIDADOS INTENSIVOS () INTERMEDIÁRIOS () ENFERMARIA

MÉDICO (Responsável pela internação) _____ ASSISTENTE SOCIAL (Responsável pela internação) _____

Dr. Edmundo Melo Junior
 C.R.O. 1690



HOSPITAL GERAL DO ESTADO PROFº OSVALDO BRANDÃO VILELA

Sist. Nervoso: lúcido () sonolento () confuso () comatoso () convulsões () otorragia ()
 Glasgow: abertura ocular () resposta verbal () resposta motora () Total: _____
 Pupilas: normal D () E () dilatada D () E () não reativa ()

EVOLUÇÃO / MEDICAÇÃO	HORÁRIO (Enfermagem)
# T.B.M.F.# 03/01/16 13:30h	
Paciente apresentando-se bem, com melhora da dor de cabeça, não apresenta mais vômitos, melhora do apetite. Apresenta epistaxia, melhora do estado geral.	
Dr. Pedro Thales B. de C. Nogueira Cirurgia e Traumatologia Buro - Maxilo - Facial CRO-AL 3061 / CRO-PE 9355	22/09 22/30
# T.B.M.F.# 03/01/16 13:30h	
Paciente apresentando-se bem, com melhora da dor de cabeça, não apresenta mais vômitos, melhora do apetite.	
Dr. Pedro Thales B. de C. Nogueira Cirurgia e Traumatologia Buro - Maxilo - Facial CRO-AL 3061 / CRO-PE 9355	

PACIENTE TRANSFERIDO DO HGE: _____ DIAGNÓSTICO: _____
 REGISTRO DE INTERNAÇÃO

INTERNAÇÃO: (A ser preenchido em caso de permanência maior que 6 horas) DATA: ____/____/____ HORA: ____
 DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: _____
 EVOLUÇÃO DA DOENÇA: () AGUDA () SUB-AGUDA () CRÔNICA () CRÔNICA-AGUDIZADA
 CONDIÇÃO DO PACIENTE: () CUIDADOS INTENSIVOS () INTERMEDIÁRIOS () ENFERMARIA
 MÉDICO (Responsável pela internação) _____ ASSISTENTE SOCIAL (Responsável pela internação) _____

Secretaria Municipal de Saúde Cajueiro CNPJ 11.436.366/0001-24 Av. Antônio Carlos de Moraes, s/n - Centro - Cajueiro - AL		NOTIFICAÇÃO DE RECEITA UF: AL NÚMERO: 16-417362 B	
de Adilson Carlos de Sousa Santos de Idaíza de Sousa Paciente Idaíza de Sousa		Assinatura do Emissor Idaíza de Sousa	
Assinatura do Emissor Idaíza de Sousa		Assinatura do Emissor Idaíza de Sousa	
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR		IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
Nome: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____		Nome do Vendedor: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____	
Nome: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____		Nome do Vendedor: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____	
Nome: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____		Nome do Vendedor: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____	
Nome: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____		Nome do Vendedor: _____ Endereço: _____ Telefone: _____ Identificação Nº: _____	

José Nogueira Mendes Filho (GIAFNE-T01) Av. Pedro Pereira Azeite, 132 - Lot. SIA, Juba - Atalaia - Cajueiro - AL
 Matrícula de 16-405001 a 16-405005 - Alf. CIVISAL Nº 1982018 em 03/06/2018



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

Autos nº 0700363-98.2017.8.02.0007

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Daniel Aristides da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO

1. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT ajuizada por *Daniel Aristides da Silva* em face de **Seguradora Líder de Consórcios do Seguros DPVAT S/A**, ambos devidamente qualificados na exordial.

2. No que se refere ao pedido de deferimento dos benefícios da justiça gratuita, tem-se que, com a modificação legislativa introduzida pela Lei 13.105/15, houve expressa revogação do art. 4º da Lei 1.060/50, tornando-se desnecessária a juntada da declaração de insuficiência de recursos, presumindo-se verdadeiras as alegações do autor na petição inicial, somente podendo ser indeferido pelo magistrado, caso haja nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais que deem ensejo à concessão pleiteada, o que não é o caso dos autos, razão pela qual, nos termos do art. 98 do CPC, **defiro o pedido de justiça gratuita.**

3. Alega o autor que devido à um acidente de trânsito ocorrido nesta Comarca ficou incapacitado de laborar, tendo adquirido debilidade total e permanente. Alega, ainda, que devido à esse fato não possui sequer condições de exercer atos comuns do cotidiano.

4. Pugnou pela condenação da parte requerida no valor da porcentagem de invalidez, deixando à cargo deste Juízo sua fixação.

5. Ocorre que com as alterações introduzidas pela Lei 13.105/15, não é



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

mais cabível a formulação de pedido genérico quanto ao valor da indenização, deixando ao arbítrio do juiz sua fixação, ao revés, o autor deverá indicar, já na inicial, qual o valor pretendido à título de indenização, devendo fixar o *quantum* requerido nas ações indenizatórias, bem como ajustar o valor da causa, atribuindo-lhe valor certo, *ex vi* do art. 292, V do CPC.

6. Desta feita, com fundamento no art. 321 do CPC, determino a intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, **emendar a petição inicial**, nos termos do item acima, sob pena de indeferimento.

7. Verifico, desde já, que não consta hipótese de improcedência liminar do pedido. Assim, com os preenchimentos dos requisitos essenciais acima apontados, determino que o Cartório inclua o presente feito na pauta de audiências, a fim de realizar-se a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

8. **Cite-se o réu, intimando-o, bem como o autor**, para que compareçam ao ato designado, devidamente acompanhados de seus advogados, sob pena da aplicação da penalidade prevista no art. 334, § 8º do CPC, consignando-se ainda, no mandado, que o prazo para resposta somente será deflagrado acaso as partes não transacionem (art. 335, I, do CPC).

9. Providências necessárias.

10. Cumpra-se.

Cajueiro(AL), 20 de novembro de 2017.

Bruno Araújo Massoud
Juiz de Direito



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121, Cajueiro-AL - E-mail:
cajueiro@tjal.jus.br

Autos nº 0700363-98.2017.8.02.0007

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Daniel Aristides da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO - VISTO EM CORREIÇÃO - 2017
Provimento Nº 27/2017

1. () PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. À CONCLUSÃO PARA:
 - 2.1. () DESPACHO
 - 2.2. () DECISÃO
 - 2.3. () SENTENÇA
3. COBRE-SE:
 - 3.1. () A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
 - 3.2. () A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. (X) CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS. 18/19.
5. () REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. () MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. () ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. () AUTUE-SE.
9. REMETA-SE
 - 9.1. () AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 - 9.2. () À CONTADORIA
 - 9.3. () À DISTRIBUIÇÃO
10. () EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:
 - 11.1. () CONCILIAÇÃO
 - 11.2. () INSTRUÇÃO
 - 11.3. () OUTRA
12. ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:
 - 12.1. () DO AUTOR
 - 12.2. () DO RÉU
 - 12.3. () DAS PARTES
13. () ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. () ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. () JUNTE-SE PETIÇÃO
16. () CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. () REITERE-SE OFÍCIO
18. EXPEÇA-SE:
 - 18.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 18.2. () EDITAL
 - 18.3. () PRECATÓRIA
 - 18.4. () OFÍCIO
 - 18.5. () MANDADO
 - 18.6. () CARTA
 - 18.7. () ALVARÁ
19. PUBLIQUE-SE:
 - 19.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 19.2. () DESPACHO
 - 19.3. () DECISÃO
 - 19.4. () SENTENÇA
20. () CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. () DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. () RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO
23. () AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO
24. () OUTROS:

Cajueiro(AL), 23 de novembro de 2017.

Bruno Araújo Massoud
 Juiz de Direito



Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

Autos nº: 0700363-98.2017.8.02.0007

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Daniel Aristides da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DECISÃO

Verifica-se que a controvérsia dos autos gira em torno do **grau de invalidez** a que está submetido a parte demandante. Por outro lado, observa-se que o laudo apresentado no feito não é conclusivo, principalmente no que diz respeito a porcentagem da invalidez da demandante.

Sendo assim, entende esta Magistrada pertinente, como forma de melhor instruir o feito e assegurar uma decisão judicial justa, seja realizada uma nova perícia na demandante.

Portanto, nos termos do art. 465 do Código de Processo Civil e levando em conta a capacitação técnica do profissional e o grau de confiança, que é condição *sine qua non* nas designações judiciais, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial deste juízo o **Dr. Hugo Cabral Tenório, médico ortopedista, registrado no CRM/AL com o nº 5348/AL, E-mail: hctmed@hotmail.com**. Desde já, fixo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para a conclusão da perícia e entrega do laudo, prazo este que será contado a partir da realização da perícia. Deve a Secretaria enviar a senha de acesso dos presentes autos para o e-mail do referido médico

Intime-se pessoalmente a parte autora acerca da perícia médica a ser realizada no salão do júri deste fórum às 10:00h do dia 12 de agosto de 2019 (segunda-feira).

Adverta-se a parte autora que deverá trazer à referida perícia médica exames médicos relacionados com o acidente, prontuário de atendimento hospitalar do dia do acidente e boletim de ocorrência.



Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

Depois da juntada do laudo pericial, dê-se vistas as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que devem assinalar sobre a possibilidade de acordo, consignando a proposta na petição.

Arbitro o valor da perícia em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ressaltando que tal valor será custeado pela Seguradora Líder, no prazo de 15 dias, a partir do recebimento desta intimação, conforme estabelece o convênio nº 048/2018 firmado entre a referida seguradora e o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas .

Assim, intime-se a parte demandada para que deposite em conta judicial vinculada ao feito o valor cobrado pelo perito. Providências necessárias.

Cajueiro , 15 de julho de 2019.

Lígia Mont'Alverne Jucá Seabra
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0156/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Felipe Lopes de Amaral (OAB 11299/AL)

Forma
D.J

Teor do ato: "DECISÃO Verifica-se que a controvérsia dos autos gira em torno do grau de invalidez a que está submetido a parte demandante. Por outro lado, observa-se que o laudo apresentado no feito não é conclusivo, principalmente no que diz respeito a porcentagem da invalidez da demandante. Sendo assim, entende esta Magistrada pertinente, como forma de melhor instruir o feito e assegurar uma decisão judicial justa, seja realizada uma nova perícia na demandante. Portanto, nos termos do art. 465 do Código de Processo Civil e levando em conta a capacitação técnica do profissional e o grau de confiança, que é condição sine qua non nas designações judiciais, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial deste juízo o Dr. Hugo Cabral Tenório, médico ortopedista, registrado no CRM/AL com o nº 5348/AL, E-mail: hctmed@hotmail.com. Desde já, fixo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para a conclusão da perícia e entrega do laudo, prazo este que será contado a partir da realização da perícia. Deve a Secretaria enviar a senha de acesso dos presentes autos para o e-mail do referido médico Intime-se pessoalmente a parte autora acerca da perícia médica a ser realizada no salão do júri deste fórum às 10:00h do dia 12 de agosto de 2019 (segunda-feira). Advirta-se a parte autora que deverá trazer à referida perícia médica exames médicos relacionados com o acidente, prontuário de atendimento hospitalar do dia do acidente e boletim de ocorrência. Depois da juntada do laudo pericial, dê-se vistas as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que devem assinalar sobre a possibilidade de acordo, consignando a proposta na petição. Arbitro o valor da perícia em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ressaltando que tal valor será custeado pela Seguradora Líder, no prazo de 15 dias, a partir do recebimento desta intimação, conforme estabelece o convênio nº 048/2018 firmado entre a referida seguradora e o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas . Assim, intime-se a parte demandada para que deposite em conta judicial vinculada ao feito o valor cobrado pelo perito. Providências necessárias. Cajueiro , 15 de julho de 2019. Lígia Mont'Alverne Jucá Seabra Juíza de Direito"

Cajueiro, 15 de julho de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0156/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 16/07/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 18/07/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Felipe Lopes de Amaral (OAB 11299/AL)	5	24/07/2019

Teor do ato: "DECISÃO Verifica-se que a controvérsia dos autos gira em torno do grau de invalidez a que está submetido a parte demandante. Por outro lado, observa-se que o laudo apresentado no feito não é conclusivo, principalmente no que diz respeito a porcentagem da invalidez da demandante. Sendo assim, entende esta Magistrada pertinente, como forma de melhor instruir o feito e assegurar uma decisão judicial justa, seja realizada uma nova perícia na demandante. Portanto, nos termos do art. 465 do Código de Processo Civil e levando em conta a capacitação técnica do profissional e o grau de confiança, que é condição sine qua non nas designações judiciais, nomeio para exercer o múnus de Perito Judicial deste juízo o Dr. Hugo Cabral Tenório, médico ortopedista, registrado no CRM/AL com o nº 5348/AL, E-mail: hctmed@hotmail.com. Desde já, fixo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para a conclusão da perícia e entrega do laudo, prazo este que será contado a partir da realização da perícia. Deve a Secretaria enviar a senha de acesso dos presentes autos para o e-mail do referido médico Intime-se pessoalmente a parte autora acerca da perícia médica a ser realizada no salão do júri deste fórum às 10:00h do dia 12 de agosto de 2019 (segunda-feira). Advirta-se a parte autora que deverá trazer à referida perícia médica exames médicos relacionados com o acidente, prontuário de atendimento hospitalar do dia do acidente e boletim de ocorrência. Depois da juntada do laudo pericial, dê-se vistas as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que devem assinalar sobre a possibilidade de acordo, consignando a proposta na petição. Arbitro o valor da perícia em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ressaltando que tal valor será custeado pela Seguradora Líder, no prazo de 15 dias, a partir do recebimento desta intimação, conforme estabelece o convênio nº 048/2018 firmado entre a referida seguradora e o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Assim, intime-se a parte demandada para que deposite em conta judicial vinculada ao feito o valor cobrado pelo perito. Providências necessárias. Cajueiro, 15 de julho de 2019. Lígia Mont'Alverne Jucá Seabra Juíza de Direito"

Cajueiro, 16 de julho de 2019.



Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

Autos nº 0700363-98.2017.8.02.0007

Ação: Procedimento Ordinário

Assunto: Acidente de Trânsito

Autor: Daniel Aristides da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Mandado nº 007.2019/000806-6

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DE ORDEM da Doutora **Lígia Mont'Alverne Jucá Seabra**,
 Juíza de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro, da comarca de Cajueiro, na forma
 da lei etc.

MANDA o Senhor José Lúcio da Silva Júnior (636), Oficial de
 Justiça a quem este for distribuído que, em cumprimento ao presente, **EFETUE A**
INTIMAÇÃO da pessoa a seguir relacionada para comparecer **à perícia médica, junto**
ao Salão do Júri deste Juízo, munido de Cédula de Identidade, Carteira
Profissional e C.P.F e demais documentos necessários.

REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA: Salão do Júri, na Vara do Único Ofício de
 Cajueiro-AL, - Endereço: Avenida Antônio Carlos de Moraes, sn, Centro, Telefone (82)
 3284-1121- **Data: 12 de agosto de 2019, às 10:00 horas.**

ADVERTÊNCIA: Trazer à referida perícia médica **exames médicos relacionados**
com o acidente, prontuário de atendimento hospitalar do dia do acidente e boletim
de ocorrência.

Finalidade

Daniel Aristides da Silva, CJ. Frei Fernando Rossi, 09, Centro - CEP 57770-000,
 Cajueiro-AL.

Eu, Claudionor Ferreira dos Santos Junior, Cedido do Município,
 o digitei e subscrevo. Cajueiro, 16 de julho de 2019.

Claudionor Ferreira dos Santos Junior
Cedido do Município

00720190008066



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS
ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121, Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Processo Digital nº: 0700363-98.2017.8.02.0007
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
Autor: Daniel Aristides da Silva
Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.
Data da Audiência: **14/08/2019 às 11:00h - Sala Sala de Audiência**

Destinatário:

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.
Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro
Rio de Janeiro-RJ
CEP 20031-205

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados, bem como **INTIMADO(A)** a comparecer à audiência de conciliação/mediação designada. Fica intimado ainda da decisão de págs. 33/34, onde será realizado a perícia médica do autor da ação no dia 12 de agosto de 2019, às 10:00 horas, pelo Dr. Hugo Cabral Tenório, médico ortopedista, registrado no CRM/AL com o nº 5348/AL, arbitrando o valor da perícia médica em R\$: 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser custeado pela Seguradora Líder, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento desta intimação, conforme estabelece o convênio nº 048/2018 firmado entre a referida seguradora e o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Assim, deverá depositar em conta judicial vinculada ao feito o valor cobrado pelo perito.

AUDIÊNCIA: Local: Sala de Audiências da Vara do Único Ofício de Cajueiro - Tipo: Conciliação - Data e Horário: 14/08/2019 às 11:00h.

PRAZO: O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 235 do CPC), contados da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou, ainda, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

ADVERTÊNCIAS:

01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC); 02) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 03) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço www.tjal.jus.br, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006).Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Cajueiro, 16 de julho de 2019. Claudionor Ferreira dos Santos Junior - Cedido do Município

Zimbra**cajueiro@tjal.jus.br**

Senha do Processo

De : cajueiro@tjal.jus.br

Ter, 16 de Jul de 2019 11:34

Assunto : Senha do Processo 1 anexo**Para :** hctmed@hotmail.com

De ordem da Dra. **Lígia Mont´Alverne Jucá Seabra**, Juíza de Direito da Comarca de Cajueiro/AL, **encaminho a Vossa Senhoria a senha do processo (anexa), extraída do processo de nº 0700363-98.2017.8.02.0007, para as devidas providências.**

Atenciosamente,

Claudionor Ferreira dos Santos Junior
Cedido do Município

PS; Acusar o recebimento.**Senha processo [0700363-98.2017.8.02.0007].pdf**

68 KB

ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

CERTIDÃO

Autos n.0700363-98.2017.8.02.0007
Mandado de n.007.2019/000806-6
Procedimento Ordinário

CERTIFICO eu, José Lúcio da Silva Júnior (636), Oficial de Justiça deste Juízo, que dando cumprimento ao respeitável mandado, expedido dos autos da ação de Procedimento Ordinário, movido por Daniel Aristides da Silva em face de Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A., dirigi-me ao CJ. Frei Fernando Rossi, Rua E, Nº 09, às 10h:11min do dia 18/07/2019, aí sendo, INTIMEI o o Sr. Daniel Aristides da Silva, do inteiro teor do mandado. Este por sua vez, após ouvir a leitura do mandado retro, exarou seu ciente e aceitou a contrafé que lhe foi oferecida. O referido é verdade e dou fé.

Cajueiro/Al., 19 de julho de 2019.

José Lúcio da Silva Júnior
Oficial de Justiça



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Cajueiro
Av. Antonio Carlos de Moraes, sn, Centro - CEP 57770-000, Fone: 3284-1121,
Cajueiro-AL - E-mail: cajueiro@tjal.jus.br

Autos nº 0700363-98.2017.8.02.0007

Ação: Procedimento Ordinário

Assunto: Acidente de Trânsito

Autor: Daniel Aristides da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Mandado nº 007.2019/000806-6

MANDADO DE INTIMAÇÃO

DE ORDEM da Doutora **Lígia Mont'Alverne Jucá Seabra**,
Juíza de Direito da Vara do Único Ofício de Cajueiro, da comarca de Cajueiro, na forma
da lei etc.

MANDA o Senhor José Lúcio da Silva Júnior (636), Oficial de
Justiça a quem este for distribuído que, em cumprimento ao presente, **EFETUE A**
INTIMAÇÃO da pessoa a seguir relacionada para comparecer **à perícia médica, junto**
ao Salão do Júri deste Juízo, munido de Cédula de Identidade, Carteira
Profissional e C.P.F e demais documentos necessários.

REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA: Salão do Júri, na Vara do Único Ofício de
Cajueiro-AL, - Endereço: Avenida Antônio Carlos de Moraes, sn, Centro, Telefone (82)
3284-1121- **Data: 12 de agosto de 2019, às 10:00 horas.**

ADVERTÊNCIA: Trazer à referida perícia médica exames médicos relacionados
com o acidente, prontuário de atendimento hospitalar do dia do acidente e boletim
de ocorrência.

Finalidade

Daniel Aristides da Silva, CJ. Frei Fernando Rossi, 09, Centro - CEP 57770-000,
Cajueiro-AL.

Eu, Claudionor Ferreira dos Santos Junior, Cedido do Município,
o digitei e subscrevo. Cajueiro, 16 de julho de 2019.

Claudionor Ferreira dos Santos Junior
Cedido do Município

Daniel Aristides da Silva

